

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE – UNIPACE

A INTERIORIZAÇÃO DO CPRaio: UMA ANÁLISE DA SUA EFICÁCIA PARA A SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ

Ciro José Farias Câmara¹

Bruno de Oliveira Sales Mota²

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar o impacto da política de interiorização do Comando de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) na segurança pública de nove cidades-polo, como estratégia do Estado do Ceará no combate à criminalidade. Adota-se abordagem mista, de caráter exploratório, e tomando como base o banco de dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), do Governo do Ceará, com os principais índices de criminalidade adotados nacionalmente: Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) e Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP). O recorte é o da primeira etapa da interiorização do policiamento motorizado, em nove cidades-polos cearenses, entre 2015 e 2017. Os resultados apontam que os índices de mortes violentas e roubos diminuíram, no geral, no espaço de um ano após a instalação das bases nos municípios. Conclui-se que o CPRaio constitui uma ferramenta válida de enfrentamento ao crime no Estado do Ceará.

Palavras-chave: CPRaio; segurança pública; interiorização.

1 INTRODUÇÃO

Considera-se que a segurança pública influi significativamente para o bem-estar social e desenvolvimento de atividades produtivas em um país marcado por profundas desigualdades como o Brasil. Requer, portanto, especial atenção não apenas dos gestores públicos, mas de toda a sociedade tanto em relação à sensação de segurança quanto aos índices que possam confirmar ou negar essa impressão. Cabe frisar ainda o potencial desta área para a boa ou má avaliação de uma administração.

¹Ciro José Farias Câmara; Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará. Especialista em Gestão e Governança Pública pela Universidade do Parlamento Cearense – UNIPACE; cirocamara@gmail.com

²Bruno de Oliveira Sales Mota; Pedagogo pela Universidade Estadual do Ceará. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará. Doutorando em Educação pela Universidade Estadual do Ceará; bruno_salles@hotmail.com

No caso do Ceará, indiscutivelmente, a temática é o maior desafio para os gestores que passaram pelo Palácio da Abolição, sede do Poder Executivo estadual, nas duas últimas décadas, com o Estado e sua capital, Fortaleza, não raro figurando negativamente nos levantamentos que mensuram a segurança pública nacional, o que tem forçado seguidos e vultosos investimentos realizados pelo Governo do Estado na área desde, pelo menos, as duas gestões do governador Cid Gomes, passando pelos oito anos de Camilo Santana e Izolda Cela e, por último, por Elmano de Freitas.

Nestes mesmos últimos vinte anos, percebe-se uma maior atenção acadêmica para o tema, como os estudos de Souza (2019) e Lins (2020), bem como forte repercussão nacional de levantamentos como o Atlas da Violência e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ambos realizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Contudo, ainda há pouco enfoque sobre a correlação da interiorização de políticas públicas para a segurança no Ceará e a sua eficácia mediante análise de dados.

O presente artigo objetiva analisar “Quais os impactos da política de interiorização do Comando de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) na segurança pública de nove cidades-polo, como estratégia do Estado do Ceará no combate à criminalidade?”

De antemão, considero justo elencar que, entre 2015 e 2018, portanto, na primeira gestão do governador Camilo Santana, desenvolvi a função de Gestor de Secretarias, dentro da estrutura interna da Comunicação da Casa Civil do Governo do Ceará, sendo responsável por supervisionar as atividades de comunicação, tais como assessoria de imprensa, produção de conteúdos para imprensa e redes sociais, apoio a eventos e, em menor escala, demandas publicitárias, entre outras atribuições, de nove das 27 Secretarias de Estado componentes do rol daquela gestão. Foi no intervalo entre 2015 e 2017 que tomei contato direto com a massiva instalação das bases do CPRaio no Interior e Região Metropolitana de Fortaleza, que enfoco na presente análise.

Academicamente, há ainda uma carência na análise do fenômeno da interiorização dos investimentos em segurança pública, até em virtude de sua recente priorização no âmbito da tomada de decisões. E socialmente, a área é a mais visada pelos investimentos públicos, determinada também os investimentos

privados no interior, e diz respeito à preservação da vida e patrimônio da população, de valor inestimável.

Para tanto, recorre-se à avaliação dos dois indicadores mais usuais nas estatísticas da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social: os Crimes Violentos Letais e Intencionais, os CVLIs, que são homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte; e os Crimes Violentos contra o Patrimônio, os CVPs, ou seja, roubos e furtos. O recorte temporal vai de junho de 2014 a maio de 2022, envolvendo um ano antes da instalação de cada base, em contraponto com o ano posterior. A base de dados é a publicada pela SSPDS nos relatórios mensais de CVLIs e CVPs e o recorte solicitado formalmente, para fins acadêmicos, para a Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp), vinculada da Secretaria, portanto, compreendendo abordagem mista, posto que combina as técnicas e dados das abordagens qualitativa e quantitativa para obter uma compreensão mais completa de um problema de pesquisa.

O primeiro capítulo busca compreender as bases que levaram o Governo a optar pela interiorização das ações de segurança pública. No segundo capítulo a análise busca mostrar como se deu a referida interiorização, não apenas do CPRaio, que terá destaque especial, mas de outras medidas. E, por fim, com os dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) em mãos, a análise da efetividade das medidas estará melhor definida no terceiro capítulo.

2 DESENVOLVIMENTO

Após os investimentos no chamado Ronda do Quarteirão, focado em uma polícia de proximidade, na gestão do ex-governador Cid Gomes (2007-2014), a instalação de bases de policiamento motorizado no Interior foi a política mais consistente na segurança pública nas duas gestões do então governador Camilo Santana e da vice-governadora Izolda Cela. Ganhou a campanha publicitária “O Raio tá na área”, mostrando a felicidade da população e tranquilidade ao receber as equipes chegando às suas cidades. Também teve eventos de entregas divulgados nas redes sociais das autoridades, com direito a apresentações públicas de abordagens. Com leves modificações, a política segue, hoje, na gestão do governador Elmano de Freitas.

Melhorar os índices de combate à criminalidade, sobretudo no Interior, era a principal demanda das eleições de 2014, muito por conta dos maus resultados do aqui já citado Ronda do Quarteirão. Além do Raio, a interiorização protagonizada na gestão Camilo/Izolda contou com iniciativas como a instalação de bases da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer), do Batalhão de Divisas e de Delegacias em regime de 24 horas, entre outras iniciativas, como reforço de efetivo, equipamentos, frota e melhorias salariais.

A alternativa pelas equipes do então Batalhão de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (BPRaio), que atuava desde 2004, porém, apenas em Fortaleza, se deu por uma série de fatores: combater a mobilidade do crime, muito atuante em motos nas cidades menores e periferias; ampliar a agilidade e capacidade de resposta, pois as motos entram em áreas pouco acessíveis aos carros; passar mais proximidade da população e, com isso, ampliar a sensação de presença e segurança, em relação às viaturas e equipes sediadas em batalhões.

O projeto tem quatro fases, levando em consideração a população das cidades. As equipes recebiam motos, fardamentos, armas e nova base. A partir de 2018, passou a acrescentar à base uma central de videomonitoramento, interligando câmeras nos principais pontos das cidades e em interface com a Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops), em Fortaleza. Todas serão melhor descritas ao longo do presente estudo.

Nesta parte da análise o intuito é o de entender os motivos que direcionaram o Governo do Ceará, no período de 2015 a 2022, a optar pela interiorização das ações de segurança pública, com especial foco nas do Comando de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio).

De antemão, conceitua-se a administração pública conforme o entendimento de Norberto Bobbio:

Administração pública designa o conjunto das atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal. (Bobbio, 1998, p.10).

Aqui, é oportuno definir a segurança pública como o conjunto de políticas públicas e ações estatais no intuito de preservar a ordem, garantir a proteção das pessoas e patrimônio, prevenindo a criminalidade. Consta no Art. nº 144 da Constituição Federal de 1988:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos,

é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sob a égide dos valores da cidadania e dos direitos humanos, através dos órgãos instituídos pela União e pelos Estados. (BRASIL, 1988, p.121)

Representada, por exemplo, em âmbito nacional pela Polícia Federal, tem nas policiais militares estaduais sua força de maior capilaridade nas unidades da federação, subjugadas, em termos locais, aos governadores e governadoras dos estados.

Entra-se em consonância com o entendimento de Peters (1986) sobre o que é uma política pública, tida por ele como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Já Dye (1984, p.13) estabelece política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Souza (2006, p.26) resume política pública como o “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”.

Neste aspecto, a escalonada implementação das equipes do CPRaio, acompanhadas do sistema de videomonitoramento, nas maiores cidades do Ceará surgiu como principal medida não apenas no âmbito da segurança pública, mas de todos os compromissos de campanha apontados no Plano de Governo “Os Sete Cearás”, que norteou a gestão de Camilo Santana/Izolda Cela e dividia a gestão em sete áreas, ou Cearás: Pacífico, Acolhedor, de Oportunidades, Sustentável, do Conhecimento, Saudável e da Gestão Democrática por Resultados.

Conforme dados do Anuário Brasileiro da Segurança Pública de 2014, veiculado anualmente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Ceará entrava 2015, o primeiro da gestão Camilo/Izolda, como o quarto estado do país com maior número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs), que envolvem homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte. Foram 4.391 mortes violentas em 2013, subindo para 4.437 em 2014, atrás apenas de Bahia (5.987), Rio de Janeiro (5.135) e São Paulo (4.900), três estados com população total muito superior à cearense. Estes dados, somados à crescente presença das redes sociais, de aplicativos de troca de mensagens como o WhatsApp, e de um direcionamento da cobertura jornalística cada vez maior para a exploração da violência, corroboram para uma campanha política em 2014 focada na segurança pública. Neste aspecto havia ainda

uma espécie de referendo público sobre a eficácia do programa Ronda do Quarteirão, principal iniciativa na área dos oito anos de gestão de Cid Gomes.

A grosso modo, o programa consistia “em uma dinâmica de policiamento comunitário, com policiais divididos em áreas de até três quilômetros, trabalhando em rondas sistemáticas, com meta de atendimento de ocorrências em até cinco minutos” (Paiva e Freitas, 2015 apud Lins *et al.*, 2020, p.27). A aquisição de modernas viaturas Hilux, o uniforme azul claro desenhado pelo estilista Lino Vilaventura, e os resultados que, após um início promissor, acabaram resultando no aumento severo dos CVLIs aqui já expostos, praticamente sepultaram a continuidade do projeto pré-eleições de 2014.

Tais críticas tinham como principal caixa de ressonância não o grande opositor de Camilo no pleito, o senador Eunício Oliveira, mas o grande antagonista de Cid na ocasião, o capitão reformado da PM Wágner Souza, notabilizado por liderar greve de parte da PM cearense na virada de 2011 para 2012, e que viria a repetir o feito, anos depois, já com Camilo Santana à frente do Palácio da Abolição.

Essa crescente impressão de uma sensação de insegurança somada às seguidas críticas ao modelo do Ronda do Quarteirão, reforçaram a ideia de uma política de proximidade em que dos sete eixos do programa de Governo, o primeiro a ser lançado, e com maior impacto de mídia, foi o Pacto por Ceará Pacífico, com a presença não apenas dos poderes constituídos, mas também da academia, terceiro setor e entidades privadas.

Paulatinamente o policiamento comunitário do Ronda do Quarteirão foi perdendo espaço ao ponto de a vice-governadora Izolda Cela, coordenadora do Pacto por um Ceará Pacífico, afirmar que o Ronda do Quarteirão existia “em espírito” (Cela, 2017). Quem o substituiu foram as Unidades Integradas de Segurança (Unisegs), microrregiões compostas por batalhões da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, e delegacias 24 horas de Polícia Civil, entre outras iniciativas de proximidade que tiveram o bairro do Vicente Pinzón, em Fortaleza, como território inicial e em que o projeto melhor pode ser avaliado.

Em paralelo, o Interior do Estado foi contemplado com uma estratégia mais complexa, no sentido em que envolvia uma série de ações estruturantes e não tão focadas na territorialização, tais como a expansão do Raio, criação do Batalhão de Divisas, ampliação das bases da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer) e criação do Sistema Policial Indicativo de Abordagem (Spia), com o uso

de câmeras de segurança que dariam o suporte à atuação das motos do policiamento. Todas as estruturas aqui citadas são parte integrante do escopo de atuação da SSPDS estando o Raio, especificamente, na Polícia Militar do Ceará, a maior das vinculadas da secretaria, que ainda conta com o Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Perícia Forense, Academia de Segurança e, a mais recente, a Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp).

Soma-se a isso a promulgação de uma lei que garantia o fluxo de promoções contínuo das carreiras da polícia e bombeiros militares, além de um programa de gratificações que levava em consideração metas como redução das mortes, de roubos e furtos, vistorias e inquéritos finalizados.

No caso do CPRaio, ainda na campanha, Camilo destacava o “aumento do número de equipes do Raio, de 45 para 150, sendo 90 na capital e 60 na Região Metropolitana e grandes cidades do interior”. (CEARÁ, 2014, p. 249).

Após uma ampliação de efetivo, aquisição de novas motos e armamentos, e até de uma nova sede para a Companhia, em Fortaleza, o Governo do Ceará passou a focar a interiorização do Raio ainda em 2015. Para tanto, sejam as equipes da Capital ou Interior, passavam por rigoroso treinamento da chamada Doutrina Raio.

O primeiro momento envolveu nove cidades-polo, as principais de cada macrorregião: Juazeiro do Norte, Sobral, Russas, Quixadá, Iguatu, Itapipoca, Crateús, Tauá e Canindé. As equipes sediadas nessas cidades eram responsáveis pelos deslocamentos para a segurança ostensiva e ocorrências em cidades vizinhas.

O critério para o início da atuação foi, para além dos índices populacionais e projeção socioeconômica das cidades em questão ante suas vizinhas, os índices de segurança nos municípios escolhidos, utilizando, portanto, dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) e da própria SSPDS, através da Supesp. Por exemplo, os 70 homens divididos em 10 equipes sediados em Russas, contavam com 40 motos, duas viaturas e, além da cidade, davam suporte, naquele momento, aos demais municípios da Área Integrada de Segurança 10 (Aracati, Beberibe, Fortim, Itaipaba, Icapuí, Palhano, Jaguaruana, Jaguaribe, Potiretama, Ererê, Iracema, Pereiro, Nova Jaguaribara, Limoeiro do Norte, Alto Santo, Quixeré, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte).

Diante do panorama e dados aqui expostos, segue-se, agora, para a metodologia, em que debate-se como o trabalho vai se debruçar para extrair os números focando especificamente nas nove cidades-polo escolhidas para a primeira fase da interiorização do policiamento motorizado.

3 METODOLOGIA

Sobre a abordagem da análise, compreende-se que a abordagem mista entre qualitativa e quantitativa é a mais adequada, visto que este fenômeno não envolve apenas números. Enquanto o quantitativo baseia-se na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões, o qualitativo não envolve apenas números e conta com outras variáveis para análise do objeto de estudo. Conforme Roberto Hernández Sampieri (2008), a meta da pesquisa mista não é substituir a pesquisa quantitativa nem a pesquisa qualitativa “mas utilizar os pontos fortes de ambos os tipos combinando-os e tentando minimizar seus potenciais pontos fracos”.

Os métodos mistos representam um conjunto de processos sistemáticos e críticos de pesquisa e implicam a coleta e a análise de dados quantitativos e qualitativos, assim como sua integração e discussão conjunta, para realizar inferências como produto de toda a informação coletada (metainferências) e conseguir um maior entendimento do fenômeno em estudo" (Hernández Sampieri e Mendoza, 2008, p.550)

A pesquisa será do tipo bibliográfico e de natureza exploratória, conforme o conceituado por Gil:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (2002, p.41)

A técnica de coleta de dados será baseada, sobretudo, em mapeamento dos balanços realizados pela Supesp, da SSPDS, para CVLI e CVP. O cenário desta análise será o de se debruçar sobre os dados de mortes violentas, roubos e furtos das nove cidades-polo que receberam as equipes e bases de videomonitoramento na primeira fase de interiorização: Juazeiro do Norte, Sobral, Itapipoca, Iguatu, Russas, Quixadá, Crateús, Tauá e Canindé. Conclui-se ser mais à caráter com o propósito do presente trabalho, focar, não em todas as cidades da Região

Metropolitana de Fortaleza e interioranas a terem recebido bases do CPRaio, bem como a capital Fortaleza, cujas equipes também foram reforçadas.

As nove cidades escolhidas possuem mais semelhanças entre si do que com as vizinhas. A começar pelo caráter populacional e potencial econômico, sendo as principais responsáveis pelo desenvolvimento em suas macrorregiões. No âmbito de como a segurança pública do Estado é dividida pela SSPDS, cada uma sobressai em sua respectiva Área Integrada de Segurança (AIS): Sobral (AIS 14), Canindé (AIS 15), Crateús (AIS 16), Itapipoca (AIS 17), Russas (AIS 18), Juazeiro do Norte (AIS 19), Quixadá (AIS 20), Sobral (AIS 14), Iguatu (AIS 21) e Tauá (AIS 22). Por conta dessa prevalência, naquele primeiro momento, inclusive, as equipes ali sediadas davam suporte às respectivas macrorregiões, o que viria a ser dirimido na medida em que as cidades vizinhas iam recebendo seus próprios grupamentos.

Não será feito uso de participantes ou questionários para a análise dos dados. Esta será realizada mediante recorte realizado de forma exclusiva pela Supesp mediante demanda formal deste estudo. Serão analisados os CVLIs e CVPs de um ano antes da instalação de cada base, em contraponto com o ano posterior.

Aqui cabe frisar a autorização, via Assessoria de Comunicação da SSPDS, para a análise e publicação dos dados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Para o início deste capítulo do estudo cumpre frisar que a segurança pública é um dever de Estado e um direito fundamental previsto na Constituição Federal, sob a tutela, em âmbito regional, dos governos estaduais, e também prevista no capítulo terceiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Cabe ainda destacar o apreciado durante o curso sobre a importância da análise dos resultados de uma tomada de decisão da administração pública. Após a definição da agenda, ou seja, da identificação de um problema a ser solucionado, passando pela formulação da política pública, tomada de decisão e, na sequência, a implementação da medida, eis que é chegada a hora da avaliação da iniciativa, mediante a análise de dados. Para tanto, se consulta o "Guia de Políticas Públicas: Gerenciando Processos", de Wu *et al.*

A avaliação de políticas públicas refere-se amplamente a todas as atividades realizadas por uma gama de atores estatais e sociais com o

intuito de determinar como uma política pública se saiu na prática, bem como estimar o provável desempenho dela no futuro. A avaliação examina tanto os meios utilizados, como os objetivos alcançados por uma política pública na prática. Os resultados e as recomendações da avaliação são então enviados de volta para novas rodadas de criação de políticas, e podem levar ao aprimoramento do desenho e da implementação de uma política pública, ou, raramente, à sua completa reforma ou revogação. (2014, p. 118)

Tal avaliação será efetivada nesta parte do estudo. Antes, porém, considera-se importante explicitar mais alguns dados que reforçam a tomada de decisão do Governo do Ceará com a interiorização do CPRaio. Um deles é o comparativo, via Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), entre os CVLIs registrados no Estado entre 2010 e 2016 nas 14 macrorregiões de Planejamento do Estado: Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Oeste/Vale do Curu, Litoral Norte, Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão de Sobral, Sertão dos Crateús, Sertão dos Inhamuns e Vale do Jaguaribe. De todas elas, apenas uma, o Sertão de Canindé, não apresentou crescimento no número de mortes violentas na média do período. No geral, mesmo contando com o Sertão de Canindé, a média para Região Metropolitana de Fortaleza e Interior foi superior aos 10% nos seis anos de intervalo.

Os anos de 2013 e 2014 foram especialmente negativos neste recorte, com 4.391 e 4.437 CVLIs, respectivamente. Levando-se em consideração um comparativo com outros estados brasileiros, o Ceará figurou como destaque negativo como o quarto do Brasil em número total de mortes (homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte) em 2014, atrás de Bahia (5.987), Rio de Janeiro (5.135) e São Paulo (4.900), três estados sabidamente com população total muito superior à cearense. Esta ambiência reforça como a segurança pública virou tema central da campanha e responsável por capitanear a agenda de investimentos, sobretudo, nos primeiros anos da gestão de Camilo Santana.

A interiorização do CPRaio contou com forte investimento do Governo do Ceará, a partir de 2015. A implantação das bases era anunciada com antecedência nas cidades; o dia de início das atividades contava com evento especial, em que despontavam, além da presença de autoridades e do regimento local, apresentações de perícia dos policiais e das câmeras de videomonitoramento. Os resultados mensais dos principais índices publicizados pela SSPDS contavam com reunião com a presença do governador e ampla cobertura da imprensa. E o Raio era apontado como fator importante para os resultados positivos apontados, bem como

força estratégica para ações de saturação e operações especiais das forças de segurança.

Frequentemente a atuação do RAIO é exaltada em função do equipamento despendido para essa atuação. A propaganda veiculada na traseira dos transportes públicos de Fortaleza, em 2017, causou estranheza. Na imagem, homens fortemente armados, vestidos de preto, usando balaclava e, um destes em pé sobre a moto. A propaganda ainda carregava os dizeres: “O RAIO tá na área - O Governo cumpriu o compromisso e levou o RAIO para todas as regiões do Ceará”. (Lins, 2020, p.53)

O primeiro momento envolveu nove cidades-polo, as principais de cada macrorregião: Juazeiro do Norte, Sobral, Russas, Quixadá, Iguatu, Itapipoca, Crateús, Tauá e Canindé. As equipes sediadas nessas cidades eram responsáveis ainda pelos deslocamentos para a segurança ostensiva e ocorrências em cidades vizinhas. No segundo momento, em, 2018, contemplou cidades com mais de 50 mil habitantes do Ceará, como Maracanaú, Caucaia, Acaraú, Limoeiro do Norte e Tianguá, entre outras. Na sequência, vieram municípios cearenses com mais de 30 mil habitantes, como Paracuru, Mauriti, Guaraciaba do Norte e Icapuí. Com a atual fase, a quarta, pretende ampliar para cidades com população acima de 25 mil habitantes, chegando a 80% do Estado. Hoje, são 75 bases instaladas, sendo duas na Capital, 15 na Região Metropolitana de Fortaleza, e 58 no Interior.

Para fins de ilustração, Pacajus, a 30ª cidade beneficiada, recebeu uma base, 37 policiais treinados na “Doutrina Raio”, 16 motos e uma viatura. O investimento na base foi de exatos R\$1.082.853,62 com central de vídeo anexa interligando 15 câmeras. Pacajus conta com 73.188 habitantes, conforme o censo de 2020.

Levantamento da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, de junho de 2014 a maio de 2022, envolvendo um ano antes da instalação de cada base, em contraponto com o ano posterior, mostra queda nos Crimes Violentos Letais e Intencionais (homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte) e de Crimes Violentos contra o Patrimônio (roubos e furtos). Foram 421 CVLIs a menos no comparativo; sendo 35 municípios os que registraram queda de 559 mortes violentas, enquanto sete tiveram acréscimo de 138 mortes, três zerados. A conta não considera 17 cidades que não possuíam um ano de instalação das bases, mas a tendência de queda também foi verificada.

Em relação aos CVPs foram 6.120 a menos: 22.918 x 16.798. Ou seja, menos 26,7%. Dos 45 municípios listados, só Iguatu teve crescimento nos furtos e roubos, 22 casos. Diante do exposto, entende-se como válida a iniciativa visto que o índice

que mais chama a atenção, as mortes violentas, aponta queda, e o que mais diz respeito à sensação de segurança, roubos e furtos, teve expressivo decréscimo em praticamente todas as cidades.

Agora, em relação ao contexto dos nove municípios de maior porte beneficiados em primeiro momento. Segundo as estimativas populacionais do Censo de 2024, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as nove cidades somam 1.141.115 pessoas - representando 12,35% dos 9.233.656 de cearenses apontados no levantamento.

As instalações das bases começaram em 10 de julho de 2015, ou seja, pouco mais de seis meses desde o início da gestão de Camilo Santana, em Juazeiro do Norte, a principal cidade da região do Cariri. Na sequência, Sobral recebeu o policiamento em 24 de outubro do mesmo ano em outro momento simbólico, visto ser o principal município da região Norte cearense. Com isso, as duas regiões metropolitanas do interior também ficaram contempladas logo no início da medida.

Em 2016, outras cinco cidades foram contempladas, pela ordem: Russas (16/07), Quixadá (23/07), Iguatu (20/08), Itapipoca (02/09) e Crateús (16/09). A primeira fase foi fechada em 2017 com Tauá (18/02) e Canindé (12/05).

Ao todo, as equipes somavam, ao término desta primeira fase de interiorização do CPRaio, a atuação nas principais cidades do Interior de 425 policiais, divididos em 60 equipes, com 240 motocicletas e 13 viaturas. Para fins de comparação, a esta altura o grupamento contava, em Fortaleza, com 508 profissionais, 435 motocicletas e seis viaturas, tendo sido instalado em 2004.

Figura 1: Número de vítimas de CVLI1 nos municípios de atuação do Raio, antes e depois da data de instalação da base, período de um ano.

Município	Data da Instalação	Um ano antes da data de instalação	Um ano depois da data de instalação	Var (%) Depois/Antes
Juazeiro do Norte	10/07/2015	122	116	-4,92%
Sobral	24/10/2015	114	57	-50,00%
Russas	16/07/2016	71	63	-11,27%
Quixadá	23/07/2016	60	35	-41,67%
Iguatu	20/08/2016	29	29	0,00%
Itapipoca	02/09/2016	23	16	-30,43%
Crateús	16/09/2016	21	23	9,52%
Tauá	18/02/2017	18	17	-5,56%
Canindé	12/05/2017	20	32	60,00%

Fonte: Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Ceará (SUPESP-CE).

Quanto aos principais índices de medição da criminalidade no Brasil, os CVLIs apresentados somam 478 mortes violentas no ano anterior a cada uma das instalações das bases do CPRaio. Já a conta dos CVLIs registrados nas nove cidades no ano posterior ao motopatrulhamento soma 388 casos. Ou seja, em números absolutos, uma queda de 90 mortes, o que daria, também em números absolutos, a exata média de 10 mortes a menos por cada um dos municípios. Na proporção, a queda é de 18,8 pontos percentuais. Dos nove, seis tiveram redução no índice, dois ampliaram e um seguiu na mesma linha.

De longe, o principal destaque foi Sobral, com exatos 50% de redução, caindo de 114 para 57 CVLIs. O dado positivo pode ser desvelado pois a cidade foi a que melhor implementou, no Interior, a lógica da Unidade Integrada de Segurança (Uniseg), um complexo que investia no policiamento de proximidade em territórios específicos, com destaque para um batalhão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, e uma delegacia de Polícia Civil 24 horas, entre outras iniciativas. Inclusive, Sobral iniciou a implementação da Uniseg mesmo à frente de Juazeiro do Norte, que recebeu as equipes do CPRaio anteriormente. Na sequência, os principais resultados vieram de Quixadá (-41,6%) e Itapipoca (-30,4%). Dois municípios contaram com acréscimo, Canindé, com 60% de ampliação, ou seja, 32 mortes pós-instalação ante 20 do ano anterior; e Crateús, com 23 mortes pós-instalação das bases contra 21 do ano anterior à instalação, em que pese a soma dos CVLIs de ambos tenha representado 14 casos, bem menos do que os 57 representados somente por Sobral.

Em âmbito dos dados estaduais, a redução de 18,82% no recorte das nove cidades possui alguns comparativos com a série histórica de CVLIs da SSPDS/Supesp, contabilizada a partir de 2015. É um índice proporcional aos 15,22% de redução no CVLIs entre 2015 e 2016 (4.019 mortes violentas contra 3.407. E aos 18,3% de 2020 para 2021 (4.039 contra 3.299). No primeiro caso, coincide com o lançamento de sete das nove bases interioranas. No último, ainda pega resquícios da pandemia da Covid-19 e o chamado *lockdown* aplicado no Ceará a partir de 8 de maio de 2020.

Gráfico 2: Número de ocorrências de CVP nos municípios de atuação do Raio, antes e depois da data de instalação da base, período de um ano

Município	Data da Instalação	Um ano antes da data de instalação	Um ano depois da data de instalação	Var (%) Depois/Antes
Juazeiro do Norte	10/07/2015	1.916	1.875	-2,14%
Sobral	24/10/2015	1.305	1.224	-6,21%
Russas	16/07/2016	525	262	-50,10%
Quixadá	23/07/2016	376	306	-18,62%
Iguatu	20/08/2016	396	418	5,56%
Itapipoca	02/09/2016	118	77	-34,75%
Crateús	16/09/2016	258	192	-25,58%
Tauá	18/02/2017	163	119	-26,99%
Canindé	12/05/2017	280	173	-38,21%

Fonte: Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Ceará (SUPESP-CE).

Os dados de CVPs também apresentaram redução no comparativo entre as nove cidades nos anos posteriores às respectivas instalações das equipes do Raio em relação aos anos imediatamente anteriores. Foram 5.337 roubos um ano antes da chegada do grupamento e 4.646 depois, uma melhora de 12,94 pontos, ou 691 casos a menos. A redução, um pouco menor do que a dos CVLIs, é até compreensível, na medida em que o crime de morte tende a ser mais elaborado do que o roubo, este de maior imprevisibilidade.

No total das nove cidades, apenas Iguatu apresentou um aumento nos roubos após um ano da entrada do Raio, com 5,56% a mais: 418 contra 396 casos. Nas demais as reduções mais significativas, na proporção, foram em Russas (50,1%), Canindé (38,7%) e Itapipoca (34,7%).

Análise interessante para atestar a eficácia do programa foi realizada em “Avaliação de Impacto do Programa de Policiamento do RAIO, Ceará, BR”, de Joana Monteiro, Michael Weintraub e André Mancha, de outubro de 2024. O faseamento das instalações das diferentes bases ao longo dos anos permite, na análise dos autores, o comparativo dos resultados obtidos em cada município contemplado, com os que ainda não receberam, levando-se em consideração a data de instalação do programa. As estatísticas criminais da Supesp de CVLIs e CVPs foram avaliadas e cruzadas com variáveis econômicas do IBGE e Ministério do Trabalho, tais como população, PIB e empregos formais e tendo como limite a data de abril de 2023, quando a interiorização somava ações em 66 cidades cearenses.

Conforme o levantamento, os CVLIs caíram, em média, 1,3 homicídios por mês nos municípios com atuação da polícia motorizada. Já os crimes patrimoniais (CVPs) diminuíram 17,2 registros mensais. O número de furtos também foi reduzido, em cinco casos por mês, no comparativo. Um dado que chama a atenção é a redução do número de prisões - três a menos por mês - o que denota, ao olhar dos pesquisadores a inibição da atuação dos criminosos ante a ostensividade do Raio, minimizando a prática criminal no seu nascedouro.

O levantamento contou ainda com pesquisa domiciliar aplicada pela empresa Insight com 2.000 residentes de Fortaleza e Região Metropolitana, entre outubro e dezembro de 2023, com amostra baseada no Censo de 2010 do IBGE para subdivisão dos grupos por idade, sexo e renda. Além de apontar que 66,7% dos entrevistados não se sentem seguros em suas cidades, que os mesmos dois terços apontam a presença de moradores de rua, usuários de drogas e som alto na vizinhança, chama a atenção que 43% terem respondido afirmativamente quando perguntados sobre terem presenciado a atuação de organizações criminosas (facções) nas proximidades de suas casas.

Sobre a percepção da atuação do Raio no comparativo com o policiamento regular, os resultados apontam para boa receptividade na opinião pública do grupo tático da PMCE. Quando questionados sobre a presença de policiais nas redondezas de seus municípios e da constante de prisões nestas mesmas circunstâncias realizadas pelo policiamento, a população respondeu com mais propriedade para o policiamento convencional, com 58% contra 52% na presença dos policiais, e 29% contra 23% nas prisões. Aqui cabe a constatação de que o Raio

responde por menos de 15% de todo o contingente da Polícia Militar no Ceará, portanto, de bem menor capilaridade.

Por fim, buscou-se compreender quais atributos do Raio são melhor percebidos pela população como fatores que influenciam em seu desempenho. Os entrevistados eram defrontados com duas fotos - uma do policial comum e outra de um raiano - em que somente um atributo variava, sendo uniforme, moto ou armamento. Os questionamentos apontavam “qual das duas opções era mais capaz de combater o crime” ou “qual deixava a pessoa mais segura”. Nos resultados, a motocicleta ganha destaque como o diferencial positivo nessa luta semiótica pela tão perseguida “sensação de segurança”, com 20% a mais de respostas sobre “capacidade de combater o crime” e 18% a mais de “fazer a pessoa se sentir segura” na comparação com o policial ordinário. O uso de arma longa aumenta em 14,2% e o uniforme preto em 10% as opções pelo policial do Raio nas enquetes. Outro ponto interessante é o de que 10% dos entrevistados veem os raianos como menos corruptos e 7% apontam eles como menos propícios a cometerem abusos contra a população, no mesmo comparativo com o policial comum.

Diante do exposto, e sem descartar a existências de outras variáveis, aponta-se que a implementação das equipes do CPRaio nas nove cidades-polo beneficiadas na primeira etapa da interiorização do grupamento motorizado registrou resultados satisfatórios. A queda quase que geral nos índices de mortes violentas, roubos e furtos, conforme os dados oficiais da Supesp/SSPDS, bem como no comparativo com outras cidades de mesmo porte, e mesmo a entrevista que aponta boa satisfação da opinião pública mesmo diante de efetivo pequeno do CPRaio, inferem que a medida obteve, naquele momento, bons resultados no que tange ao combate à criminalidade no interior cearense.

5 CONSIDERAÇÕES

A análise desenvolvida durante este estudo comprova a relevância do trabalho realizado pelo CPRaio nestes mais de 20 anos desde a implementação do grupamento motorizado, em 2004, em Fortaleza. Além de contribuir para ampliar a sensação de segurança por onde atua, os pelotões se mostram importantes para a redução de índices de criminalidades, como os de mortes violentas e os de roubos

ao patrimônio e na apreensão de armas de fogo.

Em relação ao objetivo geral do estudo, de analisar quais os impactos da política de interiorização do Comando de Policiamento de Rondas e Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) na segurança pública de nove cidades-polo, como estratégia do Estado do Ceará no combate à criminalidade pode ser inferir, a partir da análise dos dados aqui expostos, que a atuação do grupamento, somada a outras medidas da segurança pública estadual, contribuiu para, de forma geral, melhorar os índices de aferição da eficácia destas políticas.

A redução de CVLIs de 18,82% (90 mortes a menos) e dos CVPs em 12,94% (691 roubos a menos), no recorte de um ano após o início dos trabalhos nas nove cidades, mostra que a ação surtiu efeito, na medida em que o motopatrulhamento foi a principal novidade aplicada a cada um dos municípios no período no que tange à segurança pública. De forma específica, a imensa maioria dos municípios acabou apresentando melhorias nos índices.

Outra medida importante daquele período, mas de longo prazo, as Unisegs contemplaram apenas Juazeiro do Norte e Sobral e mais de um ano após a atuação do Raio em cada um dos municípios. Os Batalhões de Divisas e bases da Coordenadoria Integrada de Operações Aereas (Ciopaer) possuem caráter mais localizado, estratégico e menos ostensivo, portanto, atuando à margem dos índices de segurança aqui evidenciados, o que reforça o diferencial do CPRaio para a diminuição dos dados de criminalidade nas cidades pesquisadas.

Para além das nove cidades-polo, vale frisar, ainda, que as reduções também foram evidenciadas no recorte de toda a atuação do CPRaio nas cidades com bases instaladas. Isto posto, compreendemos como justo e justificável que o CPRaio siga sendo ampliado para todas as cidades cearenses, como é projeto do Governo do Ceará, assim como tendo sua participação ampliada na Capital.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se que a avaliação da política pública, de forma geral, é melhor realizada quando transversal. Portanto, sente-se não ter havido a oportunidade de cruzar os dados da segurança pública com iniciativas na área desenvolvidas pelas gestões municipais - mesmo tendo em mente ser a área de responsabilidade estadual, bem como de outros investimentos realizados nas cidades, sobretudo no âmbito econômico, educacional e social. Estes dados principiaram uma análise ainda sob a ótica da importância da segurança pública para o desenvolvimento regional das nove regiões identificadas

com as cidades-polo.

Outro ponto relevante para futuros estudos na área é a suposta ampliação do crime organizado pelo interior do Ceará. Estes grupos, ou vindos do Rio de Janeiro e São Paulo, ou mesmo nativos, teriam ampliado tentáculos a partir das divisas e da capital, Fortaleza. Como este fenômeno impactou a segurança e o trabalho do CPRaio no Interior e as medidas de contra-ataque desenvolvidas são interessante objeto de estudo, em caso de verificação da presença dos grupos nas cidades elencadas.

Quanto ao presente estudo, finda-se reforçando a importância do trabalho desenvolvido pelo CPRaio, os bons resultados e a decisão, acertada, do Governo do Ceará, de, uma vez detectada a chamada “mobilidade do crime”, investir em uma estratégia técnica para o enfrentamento ao problema. Que o CPRaio siga mais do que uma força de segurança, mas um exemplo de política pública aplicada à resolução deste problema que tanto aflige os cearenses como a criminalidade.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale et al. (11. ed.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

CEARÁ. Governo do Estado. **Os 7 Cearás, Síntese do processo de planejamento participativo para elaboração do Plano de Governo**. Fortaleza, CE, 2014.

CELA, Izolda. Programa Ronda do Quarteirão existe em "espírito". **O POVO**, Fortaleza, 28 nov. 2017. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/politica/2017/11/programa-ronda-do-quarteirao-existe-em-espírito.html>. Acesso em: 08 de dezembro de 2025.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1984.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014**. São Paulo: FBSP, 2014. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 08 de dezembro de 2025.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HERNÁNDEZ Sampieri, Roberto. **Metodologia de Pesquisa**. Roberto Hernández Sampieri, Carlos Fernández Collado, Maria del Pilar Baptista Lucio; tradução: Daisy Vaz de Moraes; revisão técnica: Ana Gracinda Queluz Garcia, Dirceu da Silva, Marcos Júlio. - 5 ed - Dados Eletrônicos - Porto Alegre : Penso, 2013.

LINS, Ana Letícia Costa. **Entre pactos, projetos e programas: As dinâmicas de governo no campo da segurança pública no Ceará. 2020**. (Trabalho acadêmico - informação completa recomendada: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020).

MONTEIRO, Joana; WEINTRAUB, Michael; MANCHA, André. **Avaliação de Impacto do Programa de Policiamento do RAIO, Ceará, BR**. out. 2024.

PETERS, B. Guy. **American public policy: promise and performance**. Chatham: Chatham House Publishers, 1986.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Roger Sherman Ferreira Sousa de. **Diagnóstico de comportamento organizacional como ferramenta de planejamento e gestão: o perfil organizacional das Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas**. - 2019.

WU, Xun et al. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Tradução de Ricardo Avelar de Souza. Brasília, DF: Enap, 2014.